

Simpósio temático: Leituras, diálogos e conflitos: as relações no espaço construído e imaginado entre Brasil, América e Europa

Título: Reidy e Pani: habitação popular e arquitetura moderna latinoamericana

Autor: Flávia Brito do Nascimento

Titulação: doutoranda FAUUSP

Resumo: A partir das trajetórias profissionais dos arquitetos Affonso Eduardo Reidy e Mário Pani, protagonistas da arquitetura moderna em seus países, Brasil e México, o presente artigo visa estudar a habitação de interesse social realizada entre 1930 e 1955, buscando compreender os debates, os programas, as principais realizações dos dois arquitetos, bem como a circulação de idéias sobre arquitetura e moradia. O trabalho se propõe a investigar o ideário sobre habitação naqueles países, suas inter-relações, sua produção intelectual, colocando em perspectiva as realidades locais e estabelecendo bases continentais para o tema. Tendo por base pesquisas e estudos anteriores sobre a produção da habitação social no Brasil e suas relações com o movimento moderno, pretende-se tomar parte do debate sobre a arquitetura e do urbanismo modernos na América Latina a partir do tópico da habitação social, enfrentando as questões metodológicas do comparativismo.

Palavras-chave: habitação social, América Latina, arquitetura moderna

Abstract: Based on the professional careers of architects Affonso Eduardo Reidy and Mario Pani – protagonists of modern architecture in their countries, Brazil and Mexico – this article aims to study the social housing produced between 1930 and 1955, seeking to understand the discussions, programs and main achievements of the two architects, as well as the circulation of ideas about architecture and housing. The work aims to investigate ideas about housing in those countries, their interrelationships and intellectual production, putting into perspective the local realities and establishing a continental basis for the subject. Based on previous research and studies on the construction of social housing in Brazil and its relationship with the modern movement, the intention is to participate in the debate about modern architecture and urban planning in Latin America starting from the topic of social housing, tackling the methodological issues in comparative studies.

Key-words: social housing, Latin America, modern architecture

Reidy e Pani: habitação popular e arquitetura moderna latinoamericana

Em 1948 o arquiteto Mário Pani foi convidado pela Direção de Pensões do México a realizar um projeto de 200 casas num terreno de 40.000 m², no bairro Del Valle, hoje centro moderno da Cidade do México. O arquiteto sugeriu que se ocupasse o terreno de maneira mais eficaz e fez uma proposta que acabou vigorando na forma do Centro Urbano Presidente Miguel Alemán. Cerca de 25% do terreno foram ocupados com nove edifícios altos de treze pavimentos em forma de *redâns* corbusianos e seis edifícios mais baixos de três pisos. O restante do lote serve aos espaços livres ajardinados e às áreas comunais como escola, creche e piscina.

Naquele mesmo ano, no Rio de Janeiro, Carmen Portinho foi nomeada diretora do Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do então Distrito Federal. Concordou em assumir o cargo com a condição explícita de realizar o plano de habitação social para a cidade imaginado juntamente com seu companheiro o arquiteto Affonso Eduardo Reidy. O plano tinha como expressão fundamental o Conjunto Residencial do Pedregulho, com o grande bloco serpenteante de habitações e diversas edificações dotadas de serviços complementares à moradia, como escola, posto de saúde, ginásio de esportes, lavanderia e mercado.

O Centro Urbano Presidente Alemán - CUPA ou Multifamiliar Miguel Alemán foi a primeira realização efetiva em matéria de promoção estatal de grandes conjuntos residenciais no México. O Pedregulho, por seu lado, embora não tenha sido o primeiro conjunto destes moldes no Brasil, posto ocupado pelo Conjunto do Realengo de Carlos Frederico Ferreira para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, foi consagrado pela historiografia canônica como a honrosa exceção do moderno nacional então entendido como pouco preocupado com as questões sociais.

Para Reidy no Rio de Janeiro e para Pani na Cidade do México, Le Corbusier era referência explícita. Pani, formado arquiteto pela Escola de Belas Artes de Paris em 1933, teve contato direto com as lições corbusianas, que o motivaram desde cedo. Reidy, formado no Rio de Janeiro em 1929, frequentou as palestras do arquiteto franco-suíço em sua passagem pelo país naquele mesmo ano e impressionou-se com a leitura de “Por uma arquitetura”, que passou a ser referência em sua obra também desde muito cedo.



Figura 1: Centro Urbano Presidente Alemán (Fonte: Acervo Particular de Enrique Ayala)



Figura 2: Conjunto Residencial Pedregulho (Fonte: Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social no Brasil)

O caráter de inventividade e surpresa que as duas obras causaram tinham do mesmo modo, embora em situações políticas diferenciadas, desdobramentos diretos com as muitas discussões que se levava a termo no continente americano desde os anos 10. Os debates em congressos, seminários, concursos e realizações privadas, só encontrariam possibilidade de realização concreta a partir dos anos 30 com a apropriação da arquitetura do movimento moderno naquilo que ela havia propagado como mais fundamental: o habitar. No Brasil e no México as realizações estatais do final dos anos 30 e anos 40 foram precedidas por intensos debates promovidos por associações de classe e pela sociedade. O que equivale dizer que ainda que inaugurais e de grande alcance as ações do estado na América Latina no campo da habitação foram também, entre outras coisas, o desenvolvimento de idéias anteriores.¹

¹ Para a Argentina ver BALLENT, 2005:31.

Estavam em jogo as tensões políticas para criação de espaços institucionais de realização efetiva de ideários habitacionais, a busca por legitimação de determinados grupos profissionais para atuação nos espaços da cidade, a normatização e apropriação do urbano e a ingerência nos modos de vida dos trabalhadores.

A moradia operária esteve na agenda das realizações urbanas de diversos países latinoamericanos desde o século XIX à medida que se evidenciava o crescimento das cidades e as transformações sociais e espaciais. O aumento da população urbana provocado pelas ondas de migração de trabalhadores rurais atraídos pelas oportunidades de emprego trazidas pela industrialização insipiente, pelas transformações sociais e políticas da modernização do Estado é observado em várias das cidades do continente. A necessidade de se enfrentar a questão da moradia ficou evidente ao longo do século XX.

O problema foi tratado inicialmente no âmbito das correntes higienistas, visto como questão de salubridade pública e do trabalhador, dentro da lógica da moralidade e da manutenção da ordem urbana. Os “conventillos” argentinos, as “vecindades” mexicanas e os cortiços brasileiros causaram horror e preocupação, e foram inicialmente endereçados como problemas médicos. Até as primeiras décadas do século XX os saberes da medicina dominaram as discussões técnicas, legitimadoras de discursos e plataformas políticas de grupos religiosos, sob viés moralizante e ordenador, e de organizações partidárias de esquerda de imigrantes que não cessavam de aportar no continente.

A constituição da disciplina da arquitetura como campo profissional reconhecido, movida pela dinâmica da sociedade e pela abertura de áreas de atuação como o urbanismo, fizeram com que os arquitetos fossem, aos poucos, se envolvendo com a moradia e os problemas da cidade. Abriu-se novo espectro de preocupações, com aportes diferenciados de conhecimento, impulsionados pelas possibilidades de trabalho e pelas transformações disciplinares. Se inicialmente disputavam com a medicina e com a engenharia, os arquitetos chegaram à metade do século, em diversos países latinoamericanos, como os idealizadores das políticas habitacionais para o Estado, muitas vezes guiados e corroborados pela arquitetura moderna, e serão responsáveis pela construção de inúmeros conjuntos habitacionais de enorme relevância arquitetônica, com grande impacto nas principais capitais. Como fala Adrián Gorelik, a moradia massiva foi “impulsionadora fenomenal de vínculos criativos entre a cultura arquitetônica latino-americana e a questão social.” (GORELIK, 2005:11).

Os primeiros esforços de constituição de campo de saber específico e comum para os arquitetos latinoamericanos aconteceram nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, que foram ao longo da primeira metade do século XX importantes fóruns de debates, troca de experiências e sistematização de trabalhos e objetivos comuns. Foram idealizados por grupo de arquitetos uruguaios interessados em regulamentar a profissão naquele país e, em 1916, estabelecem o Comitê Permanente dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, responsável por organizar os encontros. Nos congressos que aconteceram em 1920 (Montevideu), 1923 (Santiago do Chile), 1927 (Buenos Aires), 1930 (Rio de Janeiro), 1940 (Montevideu), 1947 (Lima), 1950 (Havana), 1952 (Cidade do México), 1955 (Caracas) e 1960 (Buenos Aires) os problemas do morar figuraram sempre como de destaque e suas indicações foram, em muitos casos, levadas a termo pelos diversos países. (ATIQUÉ, 2005; RUIZ, 2003:38; GOMES, 2009)

No que se refere especificamente à moradia, se nos primeiros congressos preponderou a abordagem higienista, pouco a pouco, a indicação da promoção estatal de habitação e a noção de incremento das habitações nos centros urbanos em edifícios coletivos tiveram lugar, o que demonstra que houve debate institucionalizado entre os países latinoamericanos que mandavam delegados aos congressos na busca de encaminhamentos para a habitação, regulamentação e formação profissional.

A prova da intensidade e da preemência da moradia para a agenda de realizações urbanas da América Latina na primeira metade do século XX é de que localmente se organizam diversos fóruns para o tema, como o Primeiro Congresso de Habitação (1931) em São Paulo, o “XVI Congreso Internacional de Habitación y Vivienda” (1938) na Cidade do México e o “I Congreso Pan-Americano de Vivienda Popular” (1939), em Buenos Aires, dominado pelo discurso católico e com grande repercussão local.²

No México, após alguns ensaios dos governos revolucionários de construção de habitações unifamiliares isoladas ou em fileira³ que não se tornaram programas efetivos, o tema retoma com força nos anos 40, quando se constroem quase exclusivamente blocos residenciais multifamiliares de grandes dimensões. Os problemas de crescimento urbano, aumento populacional, chegada de capital

² Outros encontros importantes para o tema da moradia foram o Primeiro Congresso sobre Economia Social (Buenos Aires, 1924), os Congressos Pan-Americanos de Municipios (Havana, 1938 e Santiago do Chile, 1941) e a Conferência de Habitação Tropical auspiciada pelas Nações Unidas (Caracas, 1947). (RUIZ, 2003)

³ Trata-se das casas projetadas por Juan Legarreta, do grupo de funcionalistas radicais, após o concurso realizado pelo Mostruário da Construção Civil em 1932. Após alterações feitas pelo próprio arquiteto três conjuntos de cerca de 100 casas cada foram construídos pelo Departamento do Distrito Federal. (GARAY, 1978:6)

estrangeiro e de paradigmas de consumo europeus, comuns a outros países do continente americano, conquistaram lugar prioritário na agenda política dos diversos governantes a partir da Revolução de 1910. O tema da moradia do trabalhador revestiu-se de significado maior, na medida em que atingia o cerne revolucionário, que eram os próprios trabalhadores.

Assim como no Brasil e em outros países do continente como a Argentina, o processo de construção de casas populares e sua implementação não aconteceu sem embates; diversas foram as possibilidades traçadas e consolidadas. Mas talvez em nenhum outro país da América Latina como no México a habitação social adquiriu tanto significado na narrativa histórica nacional, bem como alcançou tamanho destaque no âmbito das realizações da arquitetura moderna.

A gênese da arquitetura moderna no México está fundada na cisão entre funcionalistas e funcionalistas radicais, que defendiam com veemência o caráter social da arquitetura, que incluía a moradia operária. E as primeiras experiências mexicanas circunscreveram-se ao âmbito da promoção pela iniciativa privada, ainda que tenha havido experiências promovidas pela Prefeitura da Cidade do México. As casas de O’Gorman e de Legarreta para operários figuram na história da arquitetura moderna no México como experiências fundamentais para a constituição da nova prática arquitetônica. Ela parece estar associada à situação política do país marcado pela Revolução de 1910 e às aspirações de justiça social demandas pelos setores organizados do operariado.



Figuras 3 e 4: Casa-estúdio de Diego Rivera e Frida Kahlo projetada por Juan O’Gorman como manifesto do grupo de funcionalistas radicais, 1932. (Fonte: foto da autora, 2008)

Já no Brasil, a gênese do moderno, alvo de algumas cizânias e polêmicas, mas consagrada na trama narrativa desvelada por Carlos Martins (1999), tem no grupo entorno de Le Corbusier seu princípio, cujos meios não incluíam o habitar. O Pedregulho como exceção e Reidy como o mais corbusiano e social dos arquitetos de destaque da arquitetura nacional estiveram à sombra da exuberância formal e do plasticismo. A habitação, como se sabe após os importantes revisionismos dos anos 80 em diante, figurou na pauta das realizações varguistas, defendida e realizada por outro grupo de arquitetos também vinculados ao Estado cuja produção habitacional de conjuntos residenciais de arquitetura e urbanismo modernos é bastante extensa. (BONDUKI, 1998) As centenas de obras residenciais erguidas em todo país são muito variadas, mormente de expressão formal e conceitual moderna. Mas o alcance e a

envergadura de suas realizações não foram suficientes para figurar na história da arquitetura moderna brasileira, tendo que ser reiteradamente lembradas. (NASCIMENTO, 2008)



Figura 5: Conjunto Residencial Realengo, IAPI, Rio de Janeiro (Fonte: Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social)

Se o lugar na história que ocupa a habitação de interesse social no Brasil e no México é vário, comum é o fato dos programas de construção de grandes conjuntos habitacionais promovidos pelo Estado terem acontecido a partir dos anos 30, e efetivamente nos anos 40. Na segunda metade da década de 1930 progressivamente vão se levantando posições pela intervenção estatal que se organizam para atuar no campo da habitação na Argentina, Brasil e México, consolidando-se, nos anos 40, as políticas habitacionais, com a criação de instituições específicas para o assunto.

Com a Revolução de 1910 as ações mexicanas no campo da habitação se deram na área da legislação, assegurando o direito de moradia ao trabalhador. Antes da revolução, houve poucas tentativas de ingerência como a “Lei sobre casa de obreros e empregados públicos”, de 1906, iniciativa do governador de Chihuahua, Enrique Crul, que se limitava a assinalar uma série de imunidades e isenções aos trabalhadores que construíssem sua casa própria. Durante o porfiriato o aluguel se constituiu na forma predominante de habitação operária em todo o País. O aumento do preço da terra, impulsionado no século XIX pelo fim do sistema de arrendamento e da desapropriação das terras do clero, e também pelo êxodo da população rural para as cidades, teve fortes consequências na habitação. A repercussão e a importância que alcançaram os programas escolares e culturais do obregonato capitaneados por

José Vasconcelos não encontram paralelos na moradia popular durante a década de 20, tendo que esperar até os anos 30 para que se consubstanciassem instrumentos administrativos e financeiros de grande alcance e importância para enfrentamento do tema.

Em 1917, o texto da Constituição reservou o artigo 123 pondo em lei que se considerariam de utilidade social as cooperativas de construção de casas baratas e higiênicas destinadas à aquisição pelos trabalhadores em prazos determinados, indo além das leis e decretos promulgados anteriormente. A provisão de habitação estaria a cargo da iniciativa privada, atrelando moradia ao trabalho exercido. Cumprida, ainda, ao investidor prover os serviços comunitários necessários à moradia. Ao governo não caberia tal tarefa, numa concepção que se distancia do uso socialista da terra e com o direito à habitação. Estando o Estado livre de construir casas, deveria fazer com a lei fosse cumprida e organizar o uso do solo urbano, tarefas assumiria até os anos 40, quando se iniciam programas públicos de moradia aos trabalhadores. (DE ANDA, 2001:217)

Foi Plutarco Calles, presidente do México entre 1924 e 1928, quem iniciou a estratégia estatal para habitação ao criar, em 12 de agosto de 1925, a Direção de Pensões Civas e Aposentadoria, o primeiro organismo estatal destinado a enfrentar o problema dos trabalhadores.⁴ Sua atuação era feita basicamente por meio da outorga de créditos hipotecários para aquisição e construção de casas próprias para serem vendidas ou alugadas aos trabalhadores. Em 1947 mudou de nome para ISSSTE – *Instituto de Seguridad y Servicios Sociales de los Trabajadores del Estado* e até 1954 outorgou mais de 14.500 empréstimos hipotecários e construiu diversas colônias para trabalhadores. (AYALA ALONSO, 2007:35)

A Direção duraria 21 anos oferecendo créditos que possibilitariam, inicialmente, a construção de casas unifamiliares isoladas, depois conjuntos, e, numa terceira etapa, dando início aos conjuntos residenciais multifamiliares, realizados com a linguagem da arquitetura moderna, em geral de grandes dimensões, com edificações destinadas à moradia, implantadas em espaços livres, e articuladas a equipamentos sociais, educativos, de saúde e de lazer.

Num esforço sem precedentes na história mexicana do século XX, a habitação coletiva tornar-se-ia prioritária durante os governos do General Manuel Ávila Camacho (1940-1945) e Miguel Alemán Valdés (1946-1952). Nunca nenhum governo havia

⁴ Em espanhol *Dirección de Pensiones Civiles y Retiro*. (BARRAGÁN, 1994: 72)

destinado tal quantidade de recursos tanto para o estudo em detalhe da moradia da classe média, quanto para a construção de edifícios públicos habitacionais, que se tornaram marcos na história da arquitetura mexicana e da Cidade do México. Como realizações deste período podemos citar os paradigmáticos Centros Urbanos Miguel Alemán, Nonoalco-Tlatelolco, Presidente Juárez todos projetados por Mário Pani e construídos com recursos públicos. (DE ANDA, 2001:25)

A década de 40 foi a da transformação dos modelos de vida familiares mexicanos e da absorção de certo estilo de vida americano pelas classes médias e altas, o que significou aceitar modernizar-se no que se refere à estrutura social, nos hábitos de morar e vestir. Ávila Camacho, aproveitando a situação de guerra mundial e de grande demanda por matérias primas por parte dos EUA, buscou integrar a economia mexicana ao contexto mundial. Aproveitou o momento de grande aporte de recursos norte-americanos nos anos 40, para continuar o programa de industrialização



Figuras 6 e 7: Conjunto Residencial Nonoalco-Tlatelolco (Fonte: foto da autora, 2008).

iniciado por Cárdenas. Para tanto, o governo agiu em duas frentes: financiamento de projetos de crescimento iniciados pelo setor privado e estímulo a certos setores da economia, cuja produção seria necessária ao desenvolvimento do país, dentre os quais a construção de obras públicas, dada sua complexa inserção no complexo econômico (criação de trabalho, compra de insumos em grande escala, tributação fiscal e inovação tecnológica). (BARRAGÁN, 1994:52-54)

No caso brasileiro, durante a República Velha, a habitação de interesse social ficou legada à iniciativa privada por meio de subsídios e incentivos à sua construção. Ela foi assumida como tarefa de Estado após a Revolução de 30, mesmo período em que a arquitetura moderna progressivamente se afirmava. No momento em que o governo Vargas, após a ditadura do Estado Novo em 1937, investe na construção de

moradias aos trabalhadores a arquitetura moderna indicará os caminhos e formas das mesmas, notadamente nos grandes conjuntos residenciais, constituídos principalmente por edifícios de apartamentos em meio a grandes áreas verdes e serviços como escola, creche, posto de saúde, lavanderia e centro comunitário. (BONDUKI, 1998)

A construção de habitação no Brasil até os anos 50 foi feita pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPs. (FARAH, 1983; BONDUKI, 1998) Criados nos anos 1930 para as diferentes categorias profissionais, como um desdobramento das Caixas de Aposentadorias e Pensões de 1923, instauradas a partir da Lei Elói Chaves de regulamentação da previdência social. Com a Revolução de 1930 e as novas relações entre trabalhadores e Estado sendo tecidas, a interferência dos poderes federais nos Institutos foi preponderante, subordinando-os ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A participação dos trabalhadores, bem como sua contribuição aos IAPs tornou-se compulsória o que gerou um importante acúmulo de reservas. Estas, geridas pelo Ministério, foram aplicadas nas seguintes vertentes: manutenção do mínimo das classes de menor renda incapacitadas para o trabalho, investimento em setores da economia, programas estatais de cunho social como atendimento médico e habitação. É com a criação do Estado Novo que surgem condições para a atuação efetiva dos IAPs no campo habitacional com o decreto nº1789 que autorizava os Institutos a criarem carteiras prediais, podendo destinar até metade de suas reservas para o financiamento de construções habitacionais, com a redução das taxas de juros e ampliação dos prazos de pagamento. (BONDUKI, 1998:101-104) De 1942 em diante, as imposições econômicas somam-se aos pressupostos ideológicos de formação do “novo homem” através da habitação. O Estado estaria, então, indelevelmente no papel de promotor das casas para os trabalhadores. (BONDUKI, 1998: capítulo 5)

No Brasil, assim como no México, a produção habitacional e a arquitetura moderna estiveram lado a lado e foram centrais no processo de constituição do trabalhador. A habitação era um dos fortes instrumentos de mudança, devendo ser transformadora do “status” do trabalhador e financiada e produzida pelo Estado. A promoção de habitação de interesse social a cargo da iniciativa estatal foi a possibilitadora de forma de habitar vinculada ao movimento moderno e veiculada pela profissão e pelos saberes dos arquitetos. Reidy no Brasil e Pani no México, tomando para si o discurso do moderno explicitamente via Corbusier e por outras referências não tão declaradas abriram caminho para as realizações arquitetônicas mais

importantes da moradia social do século XX citadas por muitas vezes em publicações nacionais e internacionais.

Reidy, alto funcionário da municipalidade do então Distrito Federal, completava-se com a parceria com Carmen Portinho, grande divulgadora de sua obra e, em muitos casos, como no Pedregulho e no Museu de Arte Moderna, ferrenha defensora da concretização de duas idéias. Se Reidy não teve o maior destaque de sua geração, sempre foi muito respeitado tanto por seus trabalhos com o urbanismo, cuja principal realização foi o Aterro do Flamengo, como na arquitetura, sendo o Conjunto Residencial do Pedregulho referência obrigatória na arquitetura nacional.

Em Reidy a exigência fundamental do social e do urbano esteve sempre presente. Sua trajetória profissional, estagiando inicialmente com arquiteto francês Agache, e, posteriormente, como arquiteto municipal da prefeitura do Distrito Federal indicou este caminho. Ela, entretanto, foi trilhada por opção própria, num meio e num período em que o debate sobre a habitação social e urbanismo ganhou alguma densidade, mas que a possibilidade de trabalhos particulares aos arquitetos talentosos eram muito amplas, como mostra a carreira de Niemeyer e outros arquitetos que se destacaram no período. (BONDUKI & NASCIMENTO, s/d)

Nascido em Paris em 1909 de pais brasileiros de origem inglesa e italiana, Reidy ingressou em 1926 na Escola Nacional de Belas Artes, onde recebeu uma formação estritamente acadêmica, o que não o impediu de tomar contato, ainda na escola, em 1928, com a arquitetura moderna, através dos escritos de Le Corbusier. Ainda estudante, começou a adquirir experiência em urbanismo graças a oportunidade de trabalhar, a partir de 1929, como estagiário do importante urbanista francês Alfred Agache, que foi convidado para desenvolver o Plano Diretor do Rio de Janeiro. Com a Revolução de 30, Agache foi afastado e seu plano não foi implementado de imediato. Mas, para Reidy, esta experiência foi fundamental, tanto do ponto de vista da formação como dos desdobramentos profissionais posteriores, pois como arquiteto da prefeitura, ele foi encarregado, em diferentes oportunidades, de analisar, desenvolver ou adaptar as propostas elaboradas por Agache. Já a partir da sua primeira obra construída, o Albergue da Boa Vontade, projeto de 1931, estava visível sua aproximação dos preceitos do movimento moderno, em toda a acepção da expressão.

A partir de 1932, como arquiteto da Prefeitura do Distrito Federal, desenvolveu estudos e projetos de edifícios públicos municipais, como escolas, sedes de

repartições, postos de serviços públicos, onde buscou utilizar elementos da linguagem moderna. Em 1935, participou do concurso para o projeto do Ministério da Educação e Saúde, apresentando projeto com linhas modernas, que lhe garantiu, após a anulação do certame, o convite de Lúcio Costa para integrar a equipe encarregada desenvolver o projeto, com a consultoria de Le Corbusier, episódio amplamente conhecido e que envolveu ainda o estudo para a Cidade Universitária.

De 1937 em diante as atividades de Reidy na prefeitura voltaram-se com ênfase para o urbanismo. Passou a integrar a equipe do Serviço Técnico da Comissão do Plano da Cidade, tendo sido designado para desenvolver o projeto de urbanização da Esplanada do Castelo. Em 1946, durante a gestão de Hildebrando de Araújo Góes no Serviço Geral de Viação e Obras, foi nomeado chefe do Setor de Planejamento do Departamento de Habitação Popular, responsável pelo planejamento e execução de conjuntos populares. Em 1948, foi designado Diretor do Departamento de Urbanismo e a partir daí alternou períodos em que permaneceu nesta direção e em que esteve, ao menos formalmente, lotado no Departamento de Habitação Popular, sempre sob a direção de Carmen Portinho. Ao lado destas funções, foi comissionado para elaborar projetos que se tornaram marcantes em sua carreira, como a Escola Brasil-Paraguai, em Assunção e o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e realizou alguns projetos privados além das duas casas que construiu para viver com Carmen Portinho, em Jacarepaguá e em Itaipava. (BONDUKI & NASCIMENTO, s/d)

Embora tenha feito apenas outros dois conjuntos residenciais além do Pedregulho – o Marquês de São Vicente e outro na Lagoa Rodrigo de Freitas não executado – Affonso Reidy tornou-se o interlocutor da habitação social no Brasil. A divulgação internacional do Pedregulho decorrente da grandeza e das qualidades do projeto fez com que o conjunto se tornasse internacionalmente conhecido, alçando-o à condição de ícone da arquitetura nacional. Avocando o tema da moradia popular e da cidade como fundamentais, tanto Reidy, quanto Pani, respondiam à agenda do movimento moderno e da sociedade mobilizada pela

Mário Pani, assim como Reidy, não foi o arquiteto mais celebrado do movimento moderno mexicano. Figura na historiografia da arquitetura juntamente com uma geração de arquitetos mexicanos que praticavam o moderno, como o mestre José Villagrán García, Juan O’Gorman e Luís Barragán. Como professor da Escola de Arquitetura da UNAM, editor da fundamental revista *Arquitectura México*, e,

principalmente, realizador das grandes obras de habitação social do México é sempre citado.

Mário Pani⁵ nasceu no México onde morou até 1928 quando vai para Paris cursar a Escola de Belas Artes, onde se formou em 1934, apresentando o projeto *Maison au Mexique*. Retornou no mesmo ano para o seu país, iniciando em seguida a prática profissional. Esteve fora dos círculos locais de discussão dos destinos da arquitetura mexicana no longo período de acomodação após a Revolução de 10, mas sua chegada coincide com a arrancada econômica e industrial do país e a definitiva incorporação da linguagem do movimento moderno.

Pani consolidou a carreira trabalhando para clientes particulares, inicialmente com seu tio Alberto J. Pani, que lhe encomendou o projeto e a construção do Hotel Reforma, o primeiro hotel moderno do México. Nos anos 40 e 50 realizou diversas obras públicas, como escolas, hospitais, edifícios governamentais e públicos como a reitoria da Cidade Universitária, seguindo com a prática projetual privada. Em 1938 fundou aquela que seria a revista mexicana de arquitetura mais importante do período, divulgadora da linguagem moderna, a *Arquitetura México*, que existiu por longos 40 anos, publicando um total de 119 números. O seu envolvimento com a habitação iniciou-se com Centro Urbano Presidente Alemán - CUPA, ao qual se seguiram diversos outros projetos de conjuntos emblemáticos da história da arquitetura moderna mexicana como Nonoalco-Tlatelolco e Presidente Juarez.

⁵ Sobre a obra de Mario Pani ver GARAY, 2004 e NOELLE, 2008.

No CUPA ou Multifamiliar Miguel Alemán, como também é conhecido, o grande bloco de doze andares em *redán* corbusianos e os seis blocos de três pavimentos abrigam 1080 apartamentos para uma população aproximada de 5000 habitantes. No bloco alto, a circulação vertical é feita por elevadores (total de 20) ou por escadas localizadas nas extremidades de cada edifício, dando acesso aos corredores de circulação horizontal que perpassam por todos eles e por onde de chega à moradias. Estas são organizadas em duplex: no andar inferior, a sala e cozinha, e no superior, uma planta livre para que os moradores a subdividissem conforme a necessidade familiar. Só há circulação horizontal a cada três pisos, e o elevador faz apenas cinco paradas. O andar térreo é ocupado por lojas que são acessíveis não só aos moradores do conjunto, mas aos moradores da cidade, já que está completamente integrado ao tecido construído da cidade.

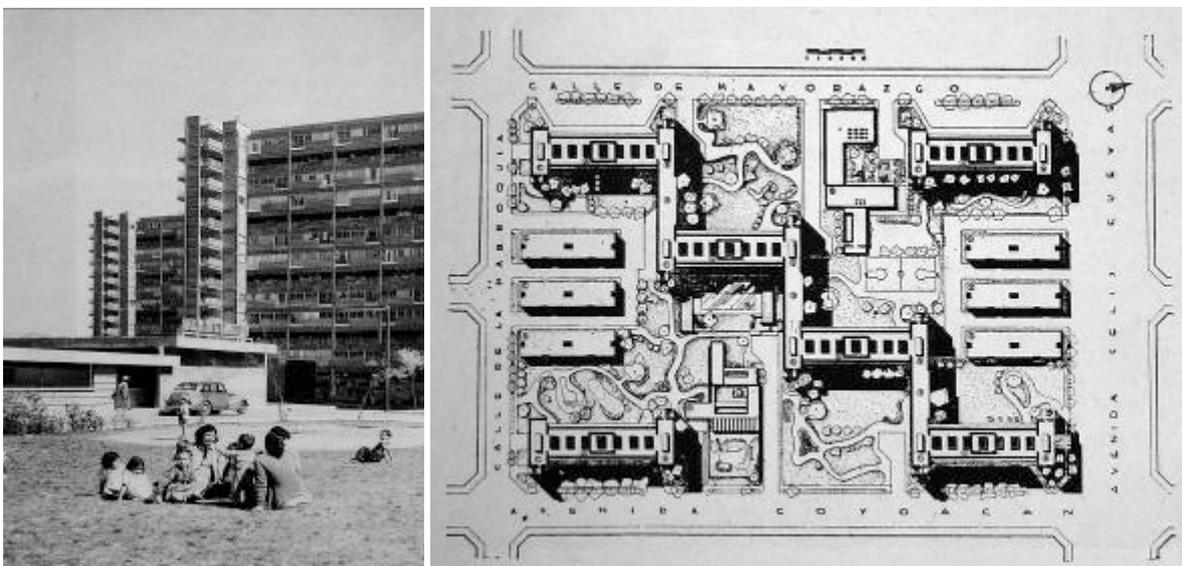


Figura 8 e 9: Vista geral e implantação do Centro Urbano Presidente Alemán
(Fonte: Acervo Pessoal de Enrique Ayala)

Funcionando como unidade de vizinhança, o conjunto foi projetado para ter os serviços considerados essenciais ao habitar, como escola para 600 alunos, creche, lavanderia com máquinas individuais de lavar e de secar, posto médico, quadras esportivas e piscina. No que se refere aos materiais, no conjunto utilizaram-se as mais



Figuras 10 e 11: Conjunto Residencial Presidente Miguel Alemán
(Fonte: foto da autora, 2008)

modernas técnicas em concreto armado disponíveis na ocasião, dada a pantanosidade do terreno da Cidade do México e os perigos de sismos. Os materiais construtivos são os próprios revestimentos externos, o concreto aparente e ladrilho vermelho, que contrasta com as esquadrias brancas em madeira das janelas e com os guarda-corpos dos corredores em ferro pintado de branco.

A realização do Miguel Alemán foi a prova da viabilidade da ação de construção de conjuntos residenciais, chamados no México de “multifamiliares”, a partir do binômio Banco Nacional Hipotecário Urbano e de Obras Públicas - BNHUOP, reorientado para apoiar o financiamento habitacional, e Direção de Pensões e Retiros, que já existia, mas agia outorgando créditos hipotecários para a aquisição de moradias. Em 1949 o BNHUOP dedicou-se a promover e dirigir as inversões de capitais em obras, serviços públicos e habitações populares, e trabalhou como condutor e administrador dos recursos federais estabelecidos para a edificação dos conjuntos.

A opção formal das habitações para os trabalhadores recaiu sobre a forma de conjuntos habitacionais verticalizados. A primeira preocupação era atender às classes médias urbanas que, além de vitimadas pelo problema, eram os principais aliados políticos do presidente. A segunda tinha raízes nas questões econômicas. A construção de habitações na Cidade do México não apenas reduzia os custos trabalhistas que recaíam sobre o setor privado, mas beneficiava as indústrias do ramo

da infraestrutura e da construção. Ademais, nos anos 40 e 50, o rápido desenvolvimento industrial contribuiu para a inflação e muitos dos aliados de Alemán temiam que os trabalhadores demandassem aumentos e a provisão de habitações poderia arrefecer tal intenção. (DE ANDA, 2001: 262-263)

Um ano após o término das obras do CUPA, a Direção de Pensões comissionou a Mário Pani outro projeto habitacional, o Multifamiliar Juárez. Seu projeto também foi feito com base no conceito da super-quadra e da unidade de vizinhança, inseridas em meio a área verde. O novo conjunto, construído em 1951 e 1952, era composto de 19 edifícios de alturas diversas (um edifício de treze andares, cindo de dez andares, quatro de sete andares e nove de quatro pisos), num total de 984



Figura 12: Centro Urbano Presidente Juárez (Fonte: Acervo Particular de Enrique Ayala)

apartamentos com doze tipos.

Neste projeto Pani tratou de multiplicar as alternativas de moradia e oferecer doze tipos de apartamentos em edificações variadas, o que permitiu uma melhor distribuição interna. Deste critério derivou a possibilidade de agrupar os moradores

conforme as características familiares e o número de filhos. Aproveitando também o fato de que o conjunto se localizava junto a um estádio, um centro esportivo e uma escola em meio a grande parque, deu-se atenção particular às áreas de lazer.

O conjunto é cercado pela circulação de veículos, completamente independente da circulação de pedestres, de forma que todas as vias que entram pela unidade acabam em estacionamentos. Numa solução urbanística ambiciosa, Pani fez com que a via expressa que cortaria a unidade passasse por baixo de uma das edificações. No que se refere às artes plásticas, houve preocupação particular neste conjunto, que contava com painéis de Carlos Mérida e Alfonso Soto Soria com motivos pré-hispânicos abstratos, feitos em concreto pintado.⁶ (GARAY, 2004:41-44)



Figura 13 e 14: Conjunto Residencial Juárez (Fonte: foto da autora, 2008)

Se no México os vários conjuntos de Pani são efetivamente a faces de uma realização pública ampla, no Brasil, embora o Pedregulho estivesse acompanhado de inúmeras outras obras de habitação social realizadas pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões, ele figurou como a exceção. Pani foi o arquiteto dos conjuntos residenciais modernos mexicanos, já Reidy o arquiteto do Pedregulho.

O Pedregulho também se integrava ao programa público do Departamento de Habitação Popular, no qual se previam unidades de vizinhança, ou conjuntos

⁶ O conjunto foi gravemente afetado pelo terremoto que em 1985 atingiu a Cidade do México, restando porção pequena do que fora quando construído. Os edifícios altos foram completamente destruídos, restando alguns dos mais baixos.

residenciais autônomos, para cada bairro da cidade. Fundado em abril de 1946 durante a gestão de Hildebrando de Araújo Góes e subordinado ao Serviço Geral de Viação de Obras o Departamento de Habitação Popular teve inicialmente por seu diretor o engenheiro Antônio Arlindo Laviolla, e como chefes de serviço Carmen Portinho, Affonso Eduardo Reidy e Francisco Lopes. Em 1947 Carmen Portinho é indicada diretora, cargo em que permanece até a extinção do Departamento. Seu objetivo era a solução do problema da habitação para os grupos sociais de salários baixos, incluindo neles, inicialmente, os servidores da Prefeitura do Distrito Federal, mediante a construção de grupos residenciais para aluguel módico.” (Decreto 9124, 4/4/1946) O DHP funcionou até 1960, quando foi extinto e substituído por outras posturas de enfrentamento da questão habitacional no Rio de Janeiro. Os quatorze anos de existência do Departamento acompanharam e protagonizaram a repercussão da arquitetura moderna brasileira no exterior, o processo de metropolização da cidade e o aumento galopante do número de favelas. Sua resposta habitacional, ou seja, a arquitetura que projetou e construiu, contemplou estas questões, costurando arquitetura e urbanismo modernos com problemas sociais urbanos crescentes. No que se refere às concretizações, o DHP deu continuidade à atividade do Departamento de Construções Proletárias, concedendo projetos e licença às casas unifamiliares isoladas no lote de iniciativa privada que se enquadravam na categoria “populares”. Construiu quatro conjuntos habitacionais, nenhum deles totalmente concluído conforme projeto: os conjuntos do Pedregulho e Marquês de São Vicente, de Affonso Reidy e Paquetá e Vila Isabel (também um *redán* corbusiano) de Francisco Bolonha.



Figura 15: Conjunto Residencial Pedregulho (Fonte: Grupo de Pesquisa Pioneiros da

O projeto do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes foi elaborado entre 1946 e 1948 num terreno de propriedade do Distrito Federal no bairro de São Cristóvão, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Composto originalmente por 522 unidades e uma gama completa de equipamentos e serviços coletivos, Pedregulho seria destinado para funcionários de baixos salários da prefeitura.

Como primeiro conjunto residencial a ser projetado e construído pelo DHP, buscava responder de modo exemplar à concepção de habitação elaborada pela sua



Figura 16: Vista do Bloco A do Pedregulho com a paisagem ao fundo (Fonte: Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social)

diretora Carmen Portinho e que incluía: unidades de vizinhança autônomas e próxima aos locais de emprego; moradia ligada diretamente aos serviços sociais, médicos e educativos, entendidos como extensão da habitação; blocos coletivos verticais, com a reserva de grandes espaços livres; separação do tráfego de pedestre do de veículos; serviço social permanente voltado a educação de um novo modo de morar; acesso a unidade habitacional através do aluguel, calculado com uma porcentagem do salário e descontado da folha de pagamento.

O Multifamiliar Miguel Alemán e o Conjunto Residencial do Pedregulho destinavam-se ao mesmo público de funcionários municipais de médio rendimento. Os apartamentos eram alugados e tinham nos equipamentos adjacentes sua complementação, tais como escola, creche, posto de saúde e áreas de lazer. O caráter educativo e normatizador era uma constante das propostas habitacionais deste período tanto no Brasil, quanto no México. Aceitação e estranhamento pelos residentes dos modos de vida propostos pelos arquitetos modernos fizeram parte das suas trajetórias. O entendimento do povo, do trabalhador, como a força motriz, dotada de direitos como a moradia, mas que também necessitava de educação e tutela eram sentimentos compartilhados traduzidos em propostas de morar que ao mesmo tempo em que respondiam a questões muito peculiares e locais, afinavam-se à discussão internacional do morar moderno.

Inúmeros conjuntos de aportes projetuais similares são encontrados em Buenos Aires, Rio de Janeiro, Cidade do México, Santiago do Chile, Havana, Bogotá e Caracas. (ELIASH & SAN MARTIN, 1996) Diversos serão os exemplares de arquitetura de interesse social construídos na América Latina, constituídas com soluções, elementos e feições de arquitetura e urbanismo mais caras ao século XX. Contam as histórias a um só tempo locais das políticas habitacionais, mas também gerais dos modos de vida, formas de apropriação espacial e circulação de idéias. Os conjuntos brasileiros e mexicanos ocupam lugar destacado, tanto por suas qualidades projetuais e construtivas, como pelo pioneirismo.

Primorosas composições arquitetônicas e urbanísticas, conjugadas a importantes preocupações sociais e arrojos tecnológicos são encontradas em conjuntos residenciais como o Bairro “El Silêncio” de Villanueva (Caracas), o Centro Urbano Presidente Miguel Alemán e o Conjunto Nonoalco-Tlatelolco de Mário Pani (Cidade do México), a Unidade de Vizinhança Diego Portales (Santiago do Chile), o

Conjunto Residencial do Realengo de Carlos Frederico Ferreira (Rio de Janeiro), o Conjunto Japurá de Eduardo Kneese de Melo (São Paulo), o Bairro Los Perales (Buenos Aires) e o Centro Urbano Antonio Nariño (Bogotá). Foram construídos por órgãos públicos de promoção de habitação, como institutos, bancos e ministérios fundados para atender ao problema que se mostrou alarmente da moradia popular, para os quais se buscavam soluções e se traçavam estratégias desde o princípio do século.

Com trajetórias muito distintas, Reidy e Pani tiveram em comum a captação do tema da moradia social. Os grandes conjuntos residenciais atendiam com propriedade às aspirações sociais e políticas do período. Os percursos pessoais e profissionais dos arquitetos em questão, embora muito distintos, revelam o modo como os temas da habitação social serão assumidos por uma geração de arquitetos na América Latina em meados do século passado, cujos projetos de habitação terão entre si muitos pontos em comum. Se Reidy trabalhou para poder público e Pani para uma gama mais variada de clientes, na produção de conjuntos residenciais atenderam ao Estado, defendendo a construção de obras modernas. A partir dos paradigmas do movimento moderno, as habitações coletivas serão uma das faces mais contundentes das suas apropriações e reapropriações no âmbito latinoamericano.

Referências bibliográficas

- ATIQUE, Fernando. “O debate sobre habitação nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos: 1920-1940”. *XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Anais do*. Salvador, 23-27 de maio de 2005.
- AYALA ALONSO, Enrique. “La arquitectura de masas. El espacio habitacional del movimiento moderno”. In: PERAZA GUZMÁN, Marco Tulio (coord.). *La memória inmediata: patrimônio siglo XX*. Mérida, México: Universidad Autónoma de Yucatán, 2007.
- BALLENT, Anahí. *Las huellas de la política. Vivienda, ciudad, peronismo em Buenos Aires, 1943-1955*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes / Prometeo 3010, 2005.

- BARRAGÁN, Juan Ignacio. *100 años de vivienda en México. Historia de la vivienda en una óptica económica e social*. México: Urbis Internacional, S.A. de C.V. Grafo Empaques, S.A, 1994.
- BONDUKI, Nabil. *Origens da Habitação Social no Brasil*. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo: Estação Liberdade/ FAPESP, 1998.
- BONDUKI, Nabil & NASCIMENTO, Flávia Brito do. “Conjunto Residencial do Pedregulho”. In: *Pioneiros da Habitação Social no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial, no prelo, s/d.
- DE ANDA, Enrique X. *Arquitectura mexicana de la década del cuarenta: la construcción de la modernidad. Los multifamiliares durante el alemanismo*, México, UNAM. Tesis para obtener el grado de doctor en Historia del Arte, Facultad de Filosofía y Letras, 2001.
- _____. *La arquitectura de la Revolución Mexicana: corrientes y estilos en la década de los veinte*. México, UNAM-Instituto de Investigaciones Estéticas, 1990.
- ELIASH, Humberto & SAN MARTIN, Eduardo. “La vivienda social y la construcción de la periferia urbana em América Latina”. In: GUTIÉRREZ, Ramón (coord.). *Arquitectura latinoamericana en el siglo XX*. Madrid: Lunwerg Editores, 1996.
- GARAY, Graciela de (Coord.) *Modernidad habitada: Multifamiliar Miguel Alemán, Ciudad de México, 1949-1999*. México: Instituto Mora, 2004.
- _____. *Mario Pani, Historia oral de la Ciudad de México. Testimonios de sus arquitectos (1940-1990)*. México: Instituto Mora, 2000.
- _____. *Mario Pani: vida y obra*. México: UNAM, 2004.
- _____. *Rumores y retratos de un lugar de la modernidad: historia oral del Multifamiliar Miguel Alemán 1949-1999*. México: Instituto Mora; UNAM/Facultad de Arquitectura, 2002.
- _____. *La arquitectura funcionalista en México (1932-1934): Juan Legarreta y Juan O’Gorman*, México, Universidad Nacional Autónoma de México-Facultad de Filosofía y Letras, Colegio de Historia. Tesis de licenciatura, 1978.
- GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. *Urbanismo a América do Sul: circulação de idéias e constituição do campo, 1920-1960*. Salvador: EdUFBA, 2009.

- GORELIK, Adrián. “México. As viagens da vanguarda, 1930-1940”. In: GORELIK, Adrián. *Das vanguardas a Brasília. Cultura urbana e arquitetura na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- MARIO Pani Darqui. Mexico: UNAM, Facultad de Arquitectura, 1990.
- MARTINS, Carlos. “Hay algo de irracional...” In: *Block*, nº4, dez 1999, pp. 8-22.
- NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Coordenadoria de Documentação e Informação Cultural, Gerência de Informação, 2008.
- _____. *Habitação de interesse social e historiografia: as narrativas dos manuais de arquitetura brasileira*. Trabalho de Conclusão de Disciplina Projeto Moderno: Historiografia e Crítica ministrada pelo Prof. Dr. José Tavares Correia de Lira. FAUUSP. São Paulo, 2008.
- NOELLE, Louise (org.). *Mario Pani*. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Estéticas, 2008.
- RUIZ BLANCO, Manuel, *Vivienda colectiva estatal en Latinoamérica 1930-1960*, 2003.